

<i>Histórico da Obra</i>	2
<i>Uma Homenagem Especial</i>	5
<i>Mais uma Homenagem Especial</i>	7
<i>Agradecimentos</i>	11
<i>Nota do Autor à 17.ª Edição</i>	13
<i>Prefácio</i>	17
<i>Apresentação à 1.ª Edição</i>	19
1. (NEO)CONSTITUCIONALISMO	55
1.1. Alocação do Direito Constitucional	55
1.1.1. A classificação em “ramos do direito”.....	55
1.1.2. A superação da dicotomia “público-privado” — constitucionalização do direito privado.....	56
1.2. Constitucionalismo	58
1.2.1. Conceito.....	58
1.2.2. Evolução histórica	58
1.2.2.1. Constitucionalismo durante a Antiguidade	59
1.2.2.2. Constitucionalismo durante a Idade Média	59
1.2.2.3. Constitucionalismo durante a Idade Moderna	59
1.2.2.4. Constitucionalismo norte-americano.....	60
1.2.2.5. Constitucionalismo moderno (durante a Idade Contemporânea).....	60
1.2.2.6. Constitucionalismo contemporâneo (durante a Idade Contemporânea) antenado com a ideia de “constitucionalismo globalizado”	61
1.2.2.7. Constitucionalismo do futuro: o que podemos esperar?	62
1.2.3. Esquemática do constitucionalismo	63
1.3. Neoconstitucionalismo	63
1.3.1. Aspectos iniciais	63
1.3.2. Pontos marcantes do neoconstitucionalismo	65
1.3.3. Marcos fundamentais para se chegar a um “novo direito constitucional” (neoconstitucionalismo)	66
1.4. Constitucionalismo e soberania popular	69
1.4.1. Aspectos gerais.....	69
1.5. Questões.....	70
2. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO	75
2.1. Conceito	75
2.1.1. Sentido sociológico	75
2.1.2. Sentido político.....	75
2.1.3. Sentido material e formal.....	76

2.1.4.	Sentido jurídico	77
2.1.5.	Sentido culturalista.....	79
2.1.6.	Constituição aberta.....	79
2.1.7.	Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado.....	80
2.2.	Constitucionalização simbólica.....	80
2.2.1.	Aspectos iniciais	80
2.2.2.	Legislação simbólica.....	81
2.2.2.1.	Confirmação de valores sociais	81
2.2.2.2.	Demonstração da capacidade de ação do Estado no tocante à solução dos problemas sociais (legislação-álibi)	82
2.2.2.3.	Adiamento da solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios.....	83
2.2.2.4.	Efeitos sociais latentes ou indiretos da legislação simbólica	83
2.2.3.	Constitucionalização simbólica	84
2.2.4.	Constitucionalização simbólica como alopoiese do sistema jurídico.....	84
2.2.5.	Neoconstitucionalismo, ativismo judicial e a concretização das normas constitucionais	85
2.3.	Classificação (tipologia).....	86
2.3.1.	Quanto à origem (distinção entre “Constituição” e “Carta”).....	86
2.3.2.	Quanto à forma.....	88
2.3.3.	Quanto à extensão	89
2.3.4.	Quanto ao conteúdo.....	90
2.3.5.	Quanto ao modo de elaboração.....	91
2.3.6.	Quanto à alterabilidade	91
2.3.7.	Quanto à sistemática (critério sistemático).....	93
2.3.8.	Quanto à dogmática.....	94
2.3.9.	Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico — essência)	95
2.3.10.	Quanto ao sistema	96
2.3.11.	Quanto à função	96
2.3.12.	Quanto à origem de sua decretação: heterônomas (heteroconstituições) x autônomas (“autoconstituições” ou “homoconstituições”)	97
2.3.13.	Constituições garantia, balanço e dirigente (Manoel Gonçalves Ferreira Filho) ..	98
2.3.14.	Constituições liberais (negativas) e sociais (dirigentes) — conteúdo ideológico das Constituições (André Ramos Tavares)	98
2.3.15.	Raul Machado Horta (Constituições expansivas).....	99
2.3.16.	A Constituição Federal brasileira de 1988.....	100
2.4.	Elementos das Constituições	101
2.5.	Histórico das Constituições brasileiras	102
2.5.1.	Constituição de 1824	102
2.5.2.	Decreto n. 1, de 15.11.1889 — primeiro Governo Provisório da República	106
2.5.3.	Constituição de 1891	107
2.5.4.	A Revolução de 1930 — segundo Governo Provisório da República	111
2.5.5.	Constituição de 1934.....	113
2.5.6.	Constituição de 1937	115
2.5.7.	Constituição de 1946.....	119
2.5.8.	Golpe Militar de 1964.....	122
2.5.9.	Constituição de 1967.....	123
2.5.10.	Constituição de 1969 — EC n. 1, de 17.10.1969	125
2.5.11.	Constituição de 1988.....	129
2.6.	Questões.....	133

3. HERMENÊUTICA: MUTAÇÃO X REFORMA. REGRAS X PRINCÍPIOS. “DERROTABILIDADE”. POSTULADOS NORMATIVOS. CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO. ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	145
3.1. Mutações constitucionais <i>versus</i> reformas constitucionais	145
3.2. Regras e princípios	148
3.3. Derrotabilidade (<i>defeasibility</i>)	152
3.4. Normas de segundo grau: postulados normativos	156
3.5. Métodos de interpretação	156
3.5.1. Método jurídico ou hermenêutico clássico	156
3.5.2. Método tópico-problemático	157
3.5.3. Método hermenêutico-concretizador	157
3.5.4. Método científico-espiritual	157
3.5.5. Método normativo-estruturante	158
3.5.6. Método da comparação constitucional	158
3.6. Princípios da interpretação constitucional	158
3.6.1. Princípio da unidade da Constituição	159
3.6.2. Princípio do efeito integrador	159
3.6.3. Princípio da máxima efetividade	160
3.6.4. Princípio da justeza ou da conformidade (exatidão ou correção) funcional	160
3.6.5. Princípio da concordância prática ou harmonização	160
3.6.6. Princípio da força normativa	161
3.6.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição	161
3.6.8. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	162
3.7. Limites da interpretação constitucional	163
3.7.1. Decisões interpretativas em sentido estrito	164
3.7.1.1. Sentença interpretativa de rechaço	164
3.7.1.2. Sentença interpretativa de aceitação	164
3.7.2. Decisões manipuladoras (ou manipulativas) (ou normativas)	164
3.7.2.1. Sentenças aditivas (ou sentença manipulativa de efeito aditivo). Declaração de inconstitucionalidade com efeito acumulativo ou aditivo	165
3.7.2.2. Sentenças substitutivas (declaração de inconstitucionalidade com efeito substitutivo)	166
3.7.3. Lacuna constitucional e o “pensamento jurídico do possível” na jurisprudência do STF	167
3.8. Teoria dos poderes implícitos	169
3.9. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição	171
3.10. Estrutura da Constituição	173
3.10.1. Preâmbulo	173
3.10.1.1. Esquematisação	173
3.10.1.2. Qual a natureza jurídica do preâmbulo? Tem ele relevância jurídica?	174
3.10.1.3. A invocação de Deus no preâmbulo da Constituição Federal é norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais e leis orgânicas do DF e dos Municípios? Referida previsão enfraquece a laicidade do Estado brasileiro?..	175
3.10.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	177
3.10.2.1. Apontamentos gerais sobre o ADCT	177
3.10.2.2. Finalidade do ADCT	178
3.10.2.3. Classificação das disposições do ADCT	179
3.10.2.4. O natural exaurimento das normas do ADCT e o seu desvirtuamento.....	180
3.10.2.5. Qual a natureza jurídica das disposições do ADCT?	181
3.10.2.6. As disposições do ADCT estão imunes ao poder de reforma?	182

3.11. Questões.....	183
3.11.1. Hermenêutica	183
3.11.2. Estrutura da Constituição.....	192
4. PODER CONSTITUINTE.....	197
4.1. Esquema geral.....	197
4.2. Características	197
4.3. Hiato constitucional (revolução — mutação — reforma — hiato autoritário).....	198
4.4. Poder constituinte originário (genuíno ou de 1.º grau)	199
4.4.1. Conceito.....	199
4.4.2. Uma subdivisão	199
4.4.3. Características	199
4.4.4. Poder constituinte originário formal e material	201
4.4.5. Formas de expressão	202
4.5. Poder constituinte derivado (instituído, constituído, secundário, de 2.º grau ou remanescente).....	202
4.5.1. Conceito e espécies	202
4.5.2. Poder constituinte derivado reformador.....	203
4.5.3. Poder constituinte derivado decorrente	204
4.5.3.1. Estados-membros	204
4.5.3.2. Distrito Federal	206
4.5.3.3. Municípios: manifestação do poder constituinte derivado decorrente?	207
4.5.3.4. Territórios Federais: manifestação do poder constituinte derivado decorrente?.....	208
4.5.4. Poder constituinte derivado revisor.....	208
4.6. Poder constituinte difuso.....	211
4.7. Poder constituinte supranacional.....	212
4.8. Nova Constituição e ordem jurídica anterior	213
4.8.1. Recepção	213
4.8.1.1. Inconstitucionalidade superveniente?.....	215
4.8.1.2. Uma lei que fere o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja regência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, nunca fora objeto de controle de constitucionalidade, poderá ser recebida pela nova Constituição se com ela for compatível?.....	215
4.8.1.3. Características conclusivas sobre o fenômeno da recepção	216
4.8.2. Repristinação.....	217
4.8.3. Desconstitucionalização.....	217
4.8.4. Recepção material de normas constitucionais.....	218
4.9. Poder constituinte e direito adquirido. Graus de retroatividade da norma constitucional: máximo, médio ou mínimo?	219
4.10. Questões.....	221
4.10.1. Poder constituinte.....	221
4.10.2. Nova Constituição e ordem jurídica anterior	228
4.10.3. Graus de retroatividade da norma constitucional	231
5. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	233
5.1. Eficácia jurídica e eficácia social.....	233
5.2. Normas constitucionais de eficácia plena	233
5.3. Normas constitucionais de eficácia contida	234
5.4. Normas constitucionais de eficácia limitada	236
5.5. A classificação de <i>Maria Helena Diniz</i>	239

5.6.	A classificação de <i>Celso Ribeiro Bastos</i> e <i>Carlos Ayres Britto</i>	240
5.7.	Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada	241
5.8.	Normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais e o gradualismo eficaz das normas constitucionais	241
5.9.	Eficácia e aplicabilidade na jurisprudência do STF	243
5.10.	Questões	246
6.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	257
6.1.	Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro	257
6.1.1.	Noções preliminares	257
6.1.2.	A inconstitucionalidade das leis e a regra geral da “teoria da nulidade”. Sistema austríaco (Kelsen) <i>versus</i> Sistema norte-americano (Marshall). Anulabilidade <i>versus</i> nulidade	258
6.1.3.	Flexibilização das teorias da “nulidade absoluta da lei declarada inconstitucional” e da “anulabilidade da norma inconstitucional” no direito estrangeiro (brevíssima noção)	260
6.1.3.1.	Áustria	260
6.1.3.2.	Estados Unidos	260
6.1.3.3.	Espanha	262
6.1.3.4.	Portugal	262
6.1.3.5.	Alemanha	262
6.1.4.	Flexibilização da teoria da nulidade no direito brasileiro	262
6.1.4.1.	A mitigação do princípio da nulidade no controle concentrado — art. 27 da Lei n. 9.868/99	263
6.1.4.2.	A mitigação do princípio da nulidade no controle difuso	263
6.2.	Breve análise evolutiva do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	264
6.2.1.	Constituição de 1824	264
6.2.2.	Constituição de 1891	265
6.2.3.	Constituição de 1934	265
6.2.4.	Constituição de 1937	266
6.2.5.	Constituição de 1946	266
6.2.6.	Constituição de 1967 e EC n. 1/69	266
6.2.7.	Constituição de 1988	266
6.3.	Espécies de inconstitucionalidade	268
6.3.1.	Inconstitucionalidade por ação e por omissão (quadro esquemático)	268
6.3.2.	Vício formal (inconstitucionalidade orgânica, inconstitucionalidade formal propriamente dita e inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato)	269
6.3.2.1.	Inconstitucionalidade formal orgânica	270
6.3.2.2.	Inconstitucionalidade formal propriamente dita	270
6.3.2.3.	Inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato normativo	271
6.3.3.	Vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário)	272
6.3.4.	Vício de decoro parlamentar (?)	273
6.4.	Momentos de controle	274
6.4.1.	Controle prévio ou preventivo	275
6.4.1.1.	Controle prévio ou preventivo realizado pelo Legislativo	275
6.4.1.2.	Controle prévio ou preventivo realizado pelo Executivo	276
6.4.1.3.	Controle prévio ou preventivo realizado pelo Judiciário e a nova perspectiva das “normas constitucionais interpostas” (Zagrebelsky)	276
6.4.2.	Controle posterior ou repressivo	280
6.4.2.1.	Controle político	280

6.4.2.2.	Controle jurisdicional.....	280
6.4.2.3.	Controle híbrido.....	281
6.4.2.4.	Exceção à regra geral do controle jurisdicional posterior ou repressivo.....	281
6.4.2.4.1.	Controle posterior ou repressivo exercido pelo Legislativo.....	281
6.4.2.4.2.	Controle posterior ou repressivo exercido pelo Executivo.....	282
6.4.2.4.3.	Controle posterior ou repressivo exercido pelo TCU.....	284
6.5.	Sistemas e vias de controle judicial.....	285
6.6.	Controle difuso.....	286
6.6.1.	Origem histórica: <i>Marbury versus</i> Madison, Sessão de fev. de 1803 (I, repertório de Cranch, 137-180).....	286
6.6.2.	Noções gerais.....	288
6.6.3.	Controle difuso nos tribunais e a cláusula de reserva de plenário (art. 97, CF/88) ...	288
6.6.3.1.	Regras gerais.....	288
6.6.3.2.	A cláusula de reserva de plenário se aplica às Turmas do STF no julgamento de RE?.....	290
6.6.3.3.	A cláusula de reserva de plenário se aplica às Turmas Recursais dos Juizados Especiais?.....	292
6.6.3.4.	A cláusula de reserva de plenário se aplica à decisão de juízo monocrático de primeira instância?.....	292
6.6.4.	Efeitos da decisão.....	293
6.6.4.1.	Para as partes.....	293
6.6.4.2.	Para terceiros (art. 52, X).....	294
6.6.4.2.1.	Procedimento.....	294
6.6.4.2.2.	Amplitude do art. 52, X.....	295
6.6.4.2.3.	A expressão “no todo ou em parte”.....	296
6.6.4.2.4.	Efeitos propriamente ditos.....	296
6.6.4.2.5.	O Senado é obrigado a suspender os efeitos?.....	297
6.6.5.	Teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença no controle difuso: análise crítica — abstrativização do controle difuso? — tendência para uma maior objetivação do recurso extraordinário? Perspectivas do controle incidental em controle concentrado.....	297
6.6.5.1.	Abstrativização do controle difuso?.....	297
6.6.5.2.	Objetivação do recurso extraordinário?.....	302
6.6.5.3.	Controle incidental em controle concentrado abstrato e o seu efeito <i>erga omnes</i> — eficácia da decisão do STF.....	304
6.6.6.	Controle difuso em sede de ação civil pública.....	306
6.7.	Controle concentrado.....	307
6.7.1.	ADI genérica.....	308
6.7.1.1.	Conceito (ADI genérica).....	308
6.7.1.2.	Objeto (ADI genérica).....	308
6.7.1.2.1.	Leis.....	308
6.7.1.2.2.	Atos normativos.....	308
6.7.1.2.3.	Súmulas?.....	309
6.7.1.2.4.	Emendas constitucionais?.....	310
6.7.1.2.5.	Medidas provisórias?.....	311
6.7.1.2.6.	Regulamentos subordinados ou de execução e decretos? Inconstitucionalidade indireta, reflexa ou oblíqua.....	313
6.7.1.2.7.	Tratados internacionais.....	314
6.7.1.2.8.	Normas constitucionais originárias.....	317
6.7.1.2.9.	O fenômeno da recepção.....	317
6.7.1.2.10.	Atos estatais de efeitos concretos e atos estatais de efeitos concretos editados sob a forma de lei (exclusivamente formal).....	318

6.7.1.2.11.	Ato normativo já revogado ou de eficácia exaurida	320
6.7.1.2.12.	Lei revogada ou que tenha perdido a sua vigência após a propositura da ADI. O caso particular da fraude processual. Novas perspectivas: singularidade do caso (não prejudicialidade).....	320
6.7.1.2.13.	Alteração do parâmetro constitucional invocado. Novo precedente na linha de não ocorrência de prejuízo desde que analisada a situação concreta. Superação da jurisprudência da Corte acerca da matéria na hipótese de inadmitida constitucionalidade superveniente	322
6.7.1.2.14.	Divergência entre a ementa da lei e o seu conteúdo	324
6.7.1.2.15.	Respostas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral	325
6.7.1.2.16.	Leis orçamentárias?	325
6.7.1.2.17.	ADI <i>versus</i> políticas públicas? A teoria da “reserva do possível” ...	326
6.7.1.3.	Elementos essenciais do controle de constitucionalidade: a) elemento conceitual (o conceito de “bloco de constitucionalidade”); b) elemento temporal.	326
6.7.1.4.	Teoria da transcendência dos motivos determinantes (efeitos irradiantes ou transbordantes?).....	328
6.7.1.5.	Teoria da inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “atração”, ou “inconstitucionalidade consequente de preceitos não impugnados”, ou inconstitucionalidade consequencial, ou inconstitucionalidade consequente ou derivada, ou “inconstitucionalidade por reverberação normativa”	330
6.7.1.6.	Lei “ainda constitucional”, ou “inconstitucionalidade progressiva”, ou “declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade”	332
6.7.1.6.1.	A instituição da Defensoria Pública pela CF/88	332
6.7.1.6.1.1.	A questão do “prazo em dobro” para a Defensoria Pública no processo penal — rejeição de inconstitucionalidade <i>rebus sic stantibus</i> ...	332
6.7.1.6.1.2.	Ação civil <i>ex delicto</i> ajuizada pelo MP — art. 68 do CPP (lei ainda constitucional e em trânsito para revogação por não recepção)..	333
6.7.1.6.2.	Procedimento de aprovação das medidas provisórias: apreciação pela comissão mista nos termos do art. 62, § 9º, CF/88. Arts. 5º, <i>caput</i> e 6º, <i>caput</i> e §§ 1º e 2º, da Res. n. 1/2002-CN	334
6.7.1.7.	“Inconstitucionalidade circunstancial”.....	336
6.7.1.8.	O efeito vinculante para o Legislativo e o inconcebível fenômeno da “fossilização da Constituição”	337
6.7.1.9.	Município putativo. Princípio da reserva do impossível. Princípio da continuidade do Estado. Princípio federativo. Princípio da segurança jurídica. Princípio da confiança (Karl Larenz). Princípio da força normativa dos fatos (Georg Jellinek). Princípio da situação excepcional consolidada — ADI 2.240/BA — voto do Min. Eros Grau. Voto do Min. Gilmar Mendes — Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade. Efeito prospectivo. Possibilidade inédita do fenômeno da constitucionalidade superveniente. Dogma da nulidade da lei e garantia da segurança jurídica.....	338
6.7.1.10.	Princípio da proibição do “atalhamento constitucional” e do “desvio de poder constituinte” (utilização de meio aparentemente legal buscando atingir finalidade ilícita).....	343
6.7.1.11.	Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”	344
6.7.1.12.	Início da eficácia da decisão que reconhece a inconstitucionalidade da lei	344
6.7.1.13.	Competência (ADI genérica)	345
6.7.1.13.1.	Lei ou ato normativo federal ou estadual em face da CF.....	345
6.7.1.13.2.	Lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da CE.....	345
6.7.1.13.3.	Lei ou ato normativo municipal em face da CF	345
6.7.1.13.4.	Lei ou ato normativo distrital em face da CF/88	346

6.7.1.13.5.	Lei ou ato normativo distrital em face da Lei Orgânica Distrital...	347
6.7.1.13.6.	Lei municipal em face da Lei Orgânica do Município.....	348
6.7.1.14.	Legitimidade (ADI genérica).....	348
6.7.1.15.	Procedimento e características marcantes do processo objetivo (ADI genérica).....	352
6.7.1.16.	A figura do <i>amicus curiae</i> (ADI e demais ações).....	356
6.7.1.16.1.	Regras gerais.....	356
6.7.1.16.2.	É possível a admissão do <i>amicus curiae</i> na ADC?.....	359
6.7.1.16.3.	Cabe <i>amicus curiae</i> na ADPF?.....	360
6.7.1.16.4.	Cabe <i>amicus curiae</i> na ADO?.....	361
6.7.1.16.5.	Cabe <i>amicus curiae</i> na IF (representação interventiva)?.....	361
6.7.1.16.6.	Outras hipóteses de cabimento.....	361
6.7.1.16.7.	Parlamentar pode ser admitido no processo como <i>amicus curiae</i> ?.....	362
6.7.1.16.8.	Natureza jurídica do <i>amicus curiae</i>	363
6.7.1.16.9.	<i>Amicus curiae</i> pode interpor recurso?.....	364
6.7.1.17.	Efeitos da decisão (ADI genérica).....	364
6.7.1.17.1.	Princípio da parceralidade.....	367
6.7.1.17.2.	Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	368
6.7.1.17.3.	Efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade. Necessidade de impugnação de todo o “complexo normativo”.....	368
6.7.1.17.4.	Efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.....	371
6.7.1.17.4.1.	Coisa julgada inconstitucional. S. 343/STF. Rescisória (art. 485, V). Arts. 475-L, § 1.º, e 741, parágrafo único, do CPC/73.....	371
6.7.1.17.4.2.	Aspectos conclusivos: efeito da decisão no plano normativo (“Normebene”) e no plano do ato singular (“Einzelaktebene”) mediante a utilização das chamadas fórmulas de preclusão (interessante tendência apontada pelo Min. Gilmar Mendes).....	375
6.7.1.17.5.	Pedido de cautelar (ADI genérica).....	377
6.7.1.18.	Reclamação para a garantia da autoridade da decisão do STF em sede de controle concentrado de constitucionalidade (ADI genérica).....	379
6.7.1.18.1.	Regras gerais.....	379
6.7.1.18.2.	Natureza jurídica do instituto da reclamação.....	380
6.7.2.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	382
6.7.2.1.	Localização (ADPF).....	382
6.7.2.2.	Objeto — hipóteses de cabimento (ADPF).....	383
6.7.2.3.	Preceito fundamental — conceito (ADPF).....	384
6.7.2.4.	Competência (ADPF).....	385
6.7.2.5.	Legitimidade (ADPF).....	385
6.7.2.6.	Procedimento (ADPF).....	385
6.7.2.7.	Efeitos da decisão (ADPF).....	387
6.7.2.8.	O parágrafo único do art. 1.º da Lei n. 9.882/99 é inconstitucional (arguição incidental)?.....	387
6.7.2.9.	Pedido de medida liminar (ADPF).....	388
6.7.2.10.	ADPF pode ser conhecida como ADI? Se sim, o princípio da fungibilidade teria natureza ambivalente? Ou seja, ADI poderia ser conhecida como ADPF?.....	389
6.7.3.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).....	390
6.7.3.1.	Conceito (ADO).....	390
6.7.3.2.	Espécies de omissão.....	390
6.7.3.3.	Objeto (ADO).....	391
6.7.3.4.	Competência (ADO).....	392
6.7.3.5.	Legitimidade (ADO).....	392

6.7.3.6.	Natureza jurídica dos legitimados (ADO).....	393
6.7.3.7.	Procedimento (ADO).....	393
6.7.3.8.	Medida cautelar (ADO).....	394
6.7.3.9.	Efeitos da decisão (ADO).....	394
6.7.3.10.	A atual jurisprudência do STF admite a fungibilidade entre ADI e ADO?.....	398
6.7.4.	Representação interventiva (IF).....	399
6.7.4.1.	Conceito (IF).....	399
6.7.4.2.	Representação interventiva federal (ADI interventiva federal).....	400
6.7.4.2.1.	Objeto (IF).....	401
6.7.4.2.2.	Princípios sensíveis.....	403
6.7.4.2.3.	Competência (IF).....	403
6.7.4.2.4.	Legitimidade (IF).....	403
6.7.4.2.5.	Procedimento (IF).....	404
6.7.4.2.6.	Medida liminar (IF).....	406
6.7.4.2.7.	Representação interventiva no caso de recusa à execução de lei federal.....	407
6.7.4.3.	Representação interventiva estadual (ADI interventiva estadual).....	407
6.7.5.	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	409
6.7.5.1.	Conceito (ADC).....	409
6.7.5.2.	Objeto (ADC).....	409
6.7.5.3.	Competência (ADC).....	409
6.7.5.4.	Legitimidade (ADC).....	409
6.7.5.5.	Procedimento (ADC).....	410
6.7.5.6.	Efeitos da decisão (ADC).....	411
6.7.5.7.	Medida cautelar (ADC).....	411
6.8.	Controle abstrato de constitucionalidade nos estados-membros.....	412
6.8.1.	Regras gerais.....	412
6.8.2.	Objeto.....	413
6.8.3.	Competência.....	413
6.8.4.	Legitimados.....	413
6.8.5.	Parâmetro de controle.....	415
6.8.5.1.	Regras gerais.....	415
6.8.5.2.	A parametricidade das cláusulas constitucionais estaduais, de caráter remissivo, para fins de controle concentrado, no âmbito do TJ local.....	416
6.8.5.3.	<i>Simultaneus processus</i>	417
6.8.6.	A utilização do recurso extraordinário no controle concentrado e em abstrato estadual.....	418
6.9.	Quadro comparativo do sistema jurisdicional misto de controle posterior ou repressivo de constitucionalidade no Brasil.....	420
6.10.	Questões.....	424
6.10.1.	Conceitos gerais.....	424
6.10.2.	Legitimidade.....	428
6.10.3.	Procedimento.....	429
6.10.4.	Efeitos da decisão.....	433
6.10.5.	Outras questões.....	436
7.	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	445
7.1.	Noções preliminares.....	445
7.2.	Estado unitário.....	445
7.2.1.	Estado unitário puro.....	446

7.2.2.	Estado unitário descentralizado administrativamente	446
7.2.3.	Estado unitário descentralizado administrativa e politicamente.....	446
7.3.	Federação.....	446
7.3.1.	Histórico.....	446
7.3.2.	Tipologias do Federalismo.....	447
7.3.2.1.	Federalismo por agregação ou por desagregação (segregação).....	447
7.3.2.2.	Federalismo dual ou cooperativo.....	448
7.3.2.3.	Federalismo simétrico ou assimétrico.....	448
7.3.2.4.	Federalismo orgânico.....	449
7.3.2.5.	Federalismo de integração.....	449
7.3.2.6.	Federalismo equilíbrio.....	449
7.3.2.7.	Federalismo de segundo grau.....	450
7.3.3.	Características da Federação.....	450
7.3.4.	Federação brasileira.....	451
7.3.4.1.	Breve histórico.....	451
7.3.4.2.	Federação na CF/88 e princípios fundamentais.....	452
7.3.4.2.1.	Composição e sistematização conceitual.....	452
7.3.4.2.2.	Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	452
7.3.4.2.3.	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	453
7.3.4.2.4.	Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.....	453
7.3.4.2.5.	Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	453
7.3.4.2.6.	Vedações constitucionais impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.....	456
7.4.	União Federal.....	456
7.4.1.	Capital Federal.....	457
7.4.2.	Bens da União.....	457
7.4.3.	Competências da União Federal.....	460
7.4.3.1.	Competência não legislativa (administrativa ou material).....	460
7.4.3.2.	Competência legislativa.....	461
7.4.4.	Regiões administrativas ou de desenvolvimento.....	462
7.5.	Estados-Membros.....	464
7.5.1.	Formação dos Estados-membros.....	464
7.5.1.1.	Regra geral.....	464
7.5.1.2.	E o que deve ser entendido por “população diretamente interessada” a ser ouvida no plebiscito?.....	465
7.5.1.3.	E qual deve ser o procedimento no caso de criação de um novo Estado?..	467
7.5.1.4.	Fusão.....	468
7.5.1.5.	Cisão.....	469
7.5.1.6.	Desmembramento.....	469
7.5.2.	Bens dos Estados-membros.....	471
7.5.3.	Competências dos Estados-membros.....	471
7.5.3.1.	Competência não legislativa (administrativa ou material).....	471
7.5.3.2.	Competência legislativa.....	471
7.5.4.	Exploração dos serviços locais de gás canalizado.....	472
7.5.5.	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	473
7.6.	Municípios.....	473
7.6.1.	Formação dos Municípios.....	474
7.6.2.	Competências dos Municípios.....	476
7.6.2.1.	Competências não legislativas (administrativas ou materiais).....	476
7.6.2.2.	Competências legislativas.....	477

7.7.	Distrito Federal.....	478
7.7.1.	Histórico.....	478
7.7.2.	Distrito Federal como unidade federada.....	478
7.7.3.	Outras características importantes.....	478
7.7.4.	Competências do Distrito Federal.....	479
7.7.4.1.	Competências não legislativas (administrativas ou materiais).....	479
7.7.4.2.	Competências legislativas.....	479
7.8.	Territórios Federais.....	480
7.8.1.	Histórico.....	480
7.8.2.	Natureza jurídica.....	480
7.8.3.	Ainda existem territórios no Brasil?.....	480
7.8.4.	Apesar de não existirem, podem vir a ser criados novos territórios?.....	481
7.8.5.	Outras características importantes.....	482
7.9.	Modelos de repartição de competências.....	482
7.9.1.	Modelo clássico e modelo moderno.....	483
7.9.1.1.	Modelo clássico.....	483
7.9.1.2.	Modelo moderno.....	483
7.9.2.	Modelo horizontal e modelo vertical.....	484
7.9.2.1.	Modelo horizontal.....	484
7.9.2.2.	Modelo vertical.....	484
7.10.	Quadro ilustrativo da competência legislativa constitucional — alguns precedentes do STF.....	485
7.11.	Amianto, tabaco e <i>outdoor</i>	491
7.11.1.	Amianto.....	492
7.11.2.	Tabaco.....	494
7.11.3.	<i>Outdoor</i> — “Lei Cidade Limpa”.....	495
7.12.	Intervenção.....	495
7.12.1.	Intervenção federal.....	496
7.12.1.1.	Hipóteses de intervenção federal.....	496
7.12.1.2.	Espécies de intervenção federal.....	497
7.12.1.3.	Decretação e execução da intervenção federal.....	498
7.12.1.4.	Controle exercido pelo Congresso Nacional.....	498
7.12.1.4.1.	Hipóteses em que o controle exercido pelo Congresso Nacional é dispensado.....	499
7.12.1.5.	Afastamento das autoridades envolvidas.....	499
7.12.2.	Intervenção estadual.....	499
7.12.2.1.	Hipóteses de intervenção estadual e intervenção federal nos Municípios localizados em Territórios Federais.....	499
7.12.2.2.	Decretação e execução da intervenção estadual.....	500
7.12.2.3.	Controle exercido pelo Legislativo.....	500
7.12.2.3.1.	Hipóteses em que o controle exercido pela Assembleia Legislativa é dispensado.....	500
7.12.2.4.	Afastamento das autoridades envolvidas.....	500
7.12.2.5.	Súmula 637 do STF.....	501
7.13.	Questões.....	501
7.13.1.	Federação: aspectos conceituais.....	501
7.13.2.	Federação: intervenção.....	505
7.13.3.	Federação: competência.....	507
8.	SEPARAÇÃO DE “PODERES” — TEORIA GERAL.....	513
8.1.	Noções introdutórias.....	513
8.1.1.	Aristóteles: identificação das funções do Estado.....	513

8.1.2.	Montesquieu: correspondência entre a divisão funcional e a divisão orgânica ...	513
8.1.3.	E qual seria a finalidade da separação dos poderes?	514
8.2.	Funções típicas e atípicas	516
8.3.	Impropriedade da expressão “tripartição de poderes”	518
8.4.	A independência dos poderes e a indelegabilidade de atribuições	519
8.5.	Questões	520
9.	PODER LEGISLATIVO	525
9.1.	Estrutura do poder legislativo	525
9.1.1.	Estrutura do Poder Legislativo federal	525
9.1.2.	Estrutura do Poder Legislativo estadual, municipal, distrital e dos Territórios Federais	525
9.1.2.1.	Estrutura do Poder Legislativo estadual	525
9.1.2.2.	Estrutura do poder legislativo municipal	527
9.1.2.3.	“PEC dos Vereadores” — EC n. 58/2009 — produção de efeitos	530
9.1.2.3.1.	Observações iniciais	530
9.1.2.4.	Estrutura do poder legislativo Distrital	531
9.1.2.5.	Estrutura do poder legislativo dos Territórios Federais	531
9.2.	Atribuições do Congresso Nacional	531
9.3.	Câmara dos Deputados	533
9.3.1.	Aspectos fundamentais	533
9.3.2.	Requisitos para a candidatura dos Deputados Federais	534
9.3.3.	Competências privativas da Câmara dos Deputados	535
9.4.	Senado Federal	535
9.4.1.	Aspectos fundamentais	535
9.4.2.	Requisitos para a candidatura dos Senadores	536
9.4.3.	Competências privativas do Senado Federal	536
9.5.	Quadro comparativo	538
9.6.	Remuneração dos parlamentares	538
9.7.	Das reuniões	541
9.7.1.	Sessão legislativa ordinária	542
9.7.2.	Hipóteses de convocação extraordinária	542
9.7.3.	Reunião em sessão conjunta	544
9.7.4.	Sessão preparatória e mesas diretoras	544
9.8.	Das comissões parlamentares	545
9.8.1.	Comissão temática ou em razão da matéria (permanentes)	546
9.8.2.	Comissão especial ou temporária	547
9.8.3.	Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	547
9.8.3.1.	Regras gerais	547
9.8.3.2.	Criação	547
9.8.3.3.	Direito público subjetivo das minorias	548
9.8.3.4.	Objeto	549
9.8.3.5.	Prazo	549
9.8.3.6.	Poderes	550
9.8.3.7.	O princípio da separação de “poderes” e a impossibilidade de a CPI investigar atos de conteúdo jurisdicional	553
9.8.3.8.	Postulado de reserva constitucional de jurisdição	554
9.8.3.9.	Motivação	555
9.8.3.10.	Conclusões	556
9.8.3.11.	Competência originária do STF	557
9.8.3.12.	A regra da prejudicialidade	557

9.8.3.13.	CPIs estaduais e quebra do sigilo bancário.....	557
9.8.3.14.	CPIs distritais.....	562
9.8.3.15.	CPIs municipais.....	562
9.8.4.	Comissão mista.....	563
9.8.5.	Comissão representativa.....	563
9.9.	Imunidades parlamentares.....	564
9.9.1.	Aspectos introdutórios.....	564
9.9.2.	Imunidade parlamentar federal.....	565
9.9.2.1.	Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar (art. 53, <i>caput</i>).....	565
9.9.2.2.	Imunidade formal ou processual.....	566
9.9.2.2.1.	Imunidade formal ou processual para a prisão (art. 53, § 2.º). Perspectivas em razão do julgamento da AP 470 — “mensalão”.....	567
9.9.2.2.2.	Imunidade formal ou processual para o processo (art. 53, §§ 3.º a 5.º)	571
9.9.2.3.	Prerrogativa de foro (“foro privilegiado”) (art. 53, 1.º).....	573
9.9.2.4.	Foro por prerrogativa de função e jurisdições de categorias diversas — a discussão sobre o desmembramento.....	579
9.9.2.5.	Outras garantias.....	580
9.9.2.6.	As imunidades parlamentares podem ser renunciadas?.....	580
9.9.2.7.	As imunidades parlamentares estendem-se aos suplentes?.....	581
9.9.3.	Parlamentares estaduais.....	581
9.9.4.	Parlamentares municipais.....	582
9.10.	Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais.....	582
9.11.	Perda do mandato do Deputado ou Senador.....	583
9.11.1.	Hipóteses de perda do mandato e suas peculiaridades.....	583
9.11.2.	Cassação x extinção do mandato.....	584
9.11.3.	Votação secreta na hipótese de cassação do mandato e perspectivas da “PEC do voto aberto”.....	584
9.11.4.	A perda do mandato parlamentar automática (?) e a interpretação fixada pelo STF no julgamento da AP 470 (“mensalão”) (art. 15, III x 55, §§ 2.º e 3.º).....	586
9.11.5.	É possível a renúncia do cargo por parlamentar submetido a processo que vise ou possa levá-lo à perda do mandato?.....	589
9.12.	Hipóteses em que não haverá a perda do mandato do Deputado ou Senador e outras regras.....	589
9.13.	Processo legislativo.....	592
9.13.1.	Considerações introdutórias.....	592
9.13.2.	Esquema do processo legislativo das leis ordinárias e complementares.....	593
9.13.3.	Fase de iniciativa.....	593
9.13.3.1.	Regra geral para a iniciativa.....	593
9.13.3.2.	Iniciativa concorrente.....	594
9.13.3.3.	Iniciativa “privativa” (reservada ou exclusiva).....	594
9.13.3.3.1.	Iniciativa reservada ao Presidente da República.....	594
9.13.3.3.2.	Iniciativa reservada aos Governadores dos Estados e do DF e aos Prefeitos — simetria com o modelo federal.....	595
9.13.3.3.3.	Iniciativa reservada do Judiciário.....	595
9.13.3.3.4.	Iniciativa reservada aos Tribunais de Contas.....	596
9.13.3.3.5.	Assuntos exclusivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	596
9.13.3.3.6.	Podemos falar em iniciativa reservada de matéria tributária? ...	596
9.13.3.3.7.	Iniciativa do processo legislativo de matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais ...	597
9.13.3.3.8.	Pode o legitimado exclusivo ser compelido a deflagrar processo legislativo?.....	597

9.13.3.3.9.	Cabe emenda parlamentar em projetos de iniciativa reservada?	598
9.13.3.3.10.	Sanção presidencial convalida vício de iniciativa?.....	599
9.13.3.4.	Iniciativa popular	599
9.13.3.4.1.	Aspectos gerais	599
9.13.3.4.2.	Existe algum exemplo de lei fruto de iniciativa popular?	601
9.13.3.4.3.	Conclusões iniciais.....	603
9.13.3.4.4.	Iniciativa popular de “PEC”?	604
9.13.3.4.5.	Cabe iniciativa popular de matérias reservadas à iniciativa exclusiva de outros titulares?	607
9.13.3.4.6.	Iniciativa popular e as espécies normativas: esquematização	608
9.13.3.4.7.	Iniciativa popular em âmbito estadual e municipal.....	608
9.13.3.5.	Iniciativa conjunta: ainda persiste, tendo em vista a Reforma da Previdência (EC n. 41/2003)?	608
9.13.3.6.	Iniciativa para fixação do subsídio dos Ministros do STF — teto do funcionalismo — art. 48, XV, c/c o art. 96, II, “b”	609
9.13.3.7.	Algumas peculiaridades a serem observadas	611
9.13.3.7.1.	Organização do Ministério Público.....	611
9.13.3.7.2.	Proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional (art. 67 — princípio da irrepetibilidade)	613
9.13.3.7.3.	Iniciativa parlamentar ou extraparlamentar.....	614
9.13.4.	Fase constitutiva	614
9.13.4.1.	Deliberação parlamentar — discussão e votação	615
9.13.4.1.1.	O projeto começa na Câmara ou no Senado?	615
9.13.4.1.2.	Apreciação pelas Comissões.....	615
9.13.4.1.3.	Processos de votação.....	617
9.13.4.1.4.	A Casa revisora	618
9.13.4.1.5.	Espécies de emendas.....	618
9.13.4.1.6.	Algumas outras regras fundamentais	619
9.13.4.2.	Deliberação executiva — sanção e veto.....	620
9.13.4.2.1.	Sanção	620
9.13.4.2.2.	Regras gerais sobre o veto.....	621
9.13.4.2.3.	Os vetos devem ser apreciados na ordem cronológica de sua comunicação ao Congresso Nacional? (MS 31.816 — <i>royalties</i> do pré-sal).....	622
9.13.4.2.4.	Regras específicas sobre o veto	624
9.13.5.	Fase complementar — promulgação e publicação	625
9.13.5.1.	Promulgação.....	625
9.13.5.2.	Publicação	626
9.14.	Espécies normativas	627
9.14.1.	Emenda Constitucional.....	627
9.14.1.1.	Limitações formais ou procedimentais (art. 60, I, II, III, e §§ 2.º, 3.º e 5.º).....	628
9.14.1.2.	Limitações circunstanciais (art. 60, § 1.º)	630
9.14.1.3.	Limitações materiais (art. 60, § 4.º).....	630
9.14.1.4.	Limitações temporais?	632
9.14.1.5.	Limitações implícitas	632
9.14.1.6.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e a sua equivalência com as emendas constitucionais — EC n. 45/2004	633
9.14.2.	Lei complementar e lei ordinária	633
9.14.2.1.	Semelhanças	633
9.14.2.2.	Diferenças.....	634

9.14.2.2.1.	Aspecto material	634
9.14.2.2.2.	Aspecto formal	634
9.14.2.3.	Existe hierarquia entre lei complementar e lei ordinária?	636
9.14.3.	Lei delegada	637
9.14.4.	Medida provisória	639
9.14.4.1.	Aspectos iniciais	639
9.14.4.2.	O processo de criação das medidas provisórias de acordo com a EC n. 32/2001	641
9.14.4.3.	Parecer prévio pela comissão mista e a inconstitucionalidade dos arts. 5.º, <i>caput</i> , e 6.º, <i>caput</i> e §§ 1.º e 2.º, da Res. n. 1/2002-CN	644
9.14.4.4.	Medidas a serem adotadas pelo Congresso Nacional	645
9.14.4.4.1.	Aprovação sem alteração	645
9.14.4.4.2.	Aprovação com alteração	646
9.14.4.4.3.	Não apreciação (rejeição tácita)	646
9.14.4.4.4.	Rejeição expressa	648
9.14.4.5.	Impacto da medida provisória sobre o ordenamento jurídico	648
9.14.4.6.	Pode o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada?	649
9.14.4.7.	Limitação material à edição de medidas provisórias, de acordo com a EC n. 32/2001	649
9.14.4.8.	O que acontecerá com as medidas provisórias editadas em data anterior à EC n. 32/2001?	653
9.14.4.9.	Um alerta	654
9.14.5.	Decreto legislativo	654
9.14.5.1.	Aspectos gerais	654
9.14.5.2.	Breves notas sobre o processo de formação dos tratados internacionais e a novidade trazida pela EC n. 45/2004	655
9.14.5.2.1.	Tratados e convenções internacionais gerais	655
9.14.5.2.2.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos (EC n. 45/2004)	658
9.14.5.2.3.	A “supralegalidade” dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos	662
9.14.6.	Resolução	664
9.14.7.	Quadro comparativo das espécies normativas	665
9.15.	Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e o Tribunal de Contas	665
9.15.1.	Tribunal de Contas da União	666
9.15.1.1.	Composição e características	666
9.15.1.2.	Atribuições constitucionais do TCU	667
9.15.1.3.	“Apreciar as contas” x “julgar as contas” (art. 71, I e II)	668
9.15.1.4.	Exercício do controle difuso de constitucionalidade pelo Tribunal de Contas	669
9.15.1.5.	Sustação de “atos” e “contratos” administrativos pelo Tribunal de Contas	669
9.15.1.6.	As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas?	670
9.15.1.7.	É necessária a observância do devido processo legal em processo administrativo no âmbito do Tribunal de Contas?	671
9.15.1.8.	O Tribunal de Contas pode exigir, por si, a quebra de sigilo bancário?	671
9.15.1.9.	Teoria dos poderes implícitos e as atribuições do Tribunal de Contas — possibilidade de concessão de medidas cautelares para assegurar o exercício de suas atribuições	672

9.15.1.10.	Situação jurídica acobertada pela autoridade da coisa julgada pode ser desconstituída por decisão ou ato do Tribunal de Contas?	672
9.15.1.11.	Decisões do Tribunal de Contas com eficácia de título executivo	673
9.15.1.12.	Ao decidir, cabe ao Tribunal de Contas manter o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia?	674
9.15.1.13.	Ministros do Tribunal de Contas da União	677
9.15.2.	Distinção entre a atuação do TCU e da CGU: inexistência de invasão de atribuições. Auxílio no controle externo (TCU) x controle interno (CGU) — perfeita convivência	678
9.15.3.	Tribunais de Contas Estaduais e Tribunal de Contas do Distrito Federal	679
9.15.4.	Tribunais de Contas Municipais	680
9.15.5.	Ministério Público Especial (art. 130)	682
9.16.	Questões	682
9.16.1.	Do Poder Legislativo — Aspectos gerais (estrutura, atribuições, reuniões, comissões, imunidades, incompatibilidades e impedimentos, perda do mandato)	682
9.16.2.	Tribunal de Contas	687
9.16.3.	Processo legislativo	691
9.16.4.	Espécies normativas	695
10.	PODER EXECUTIVO	701
10.1.	Notas introdutórias	701
10.2.	Presidencialismo <i>versus</i> parlamentarismo	701
10.3.	Executivo monocrático, colegial, diretorial e dual — conceito	702
10.4.	O Poder Executivo na CF/88	703
10.4.1.	O exercício do Poder Executivo no Brasil	703
10.4.1.1.	Âmbito federal	703
10.4.1.2.	Âmbito estadual	703
10.4.1.3.	Âmbito distrital	703
10.4.1.4.	Âmbito municipal	703
10.4.1.5.	Âmbito dos Territórios Federais	704
10.4.2.	Atribuições conferidas ao Presidente da República	704
10.4.2.1.	Regras gerais do art. 84, CF/88	704
10.4.2.2.	Regras específicas decorrentes do art. 84, CF/88	706
10.4.2.3.	O poder regulamentar e a realidade dos denominados “decretos autônomos”	707
10.4.3.	Condições de elegibilidade	709
10.4.4.	Processo eleitoral	709
10.4.5.	Posse e mandato	710
10.4.6.	Impedimento e vacância dos cargos	711
10.4.6.1.	Sucessor e substituto natural do Presidente da República: Vice-Presidente	711
10.4.6.2.	Substitutos eventuais ou legais	711
10.4.6.3.	Mandato-tampão: eleição direta e indireta (art. 81)	713
10.4.6.4.	Ausência do País do Presidente e do Vice-Presidente da República e licença do Congresso Nacional	715
10.4.7.	Ministros de Estado	716
10.4.7.1.	Características gerais e requisitos de investidura no cargo	716
10.4.7.2.	Atribuições dos Ministros de Estado	716
10.4.7.3.	Poderão os Ministros de Estado receber delegação para exercer matéria de competência privativa do Presidente da República?	718

10.4.7.4.	Responsabilidade e juízo competente para processar e julgar os Ministros de Estado. A análise do controle político pela Câmara dos Deputados (art. 51, I)	718
10.4.8.	Conselho da República	719
10.4.9.	Conselho de Defesa Nacional	720
10.4.10.	Crimes de responsabilidade	720
10.4.10.1.	Notas introdutórias e natureza jurídica	720
10.4.10.2.	Procedimento	722
10.4.10.2.1.	Câmara dos Deputados	722
10.4.10.2.2.	Senado Federal	723
10.4.10.3.	Controle judicial?	724
10.4.11.	Crimes comuns	724
10.4.11.1.	Conceito e procedimento	724
10.4.11.2.	Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa)	725
10.4.12.	Prisão	726
10.4.13.	Imunidade formal relativa à prisão e a cláusula de irresponsabilidade penal relativa não se estendem aos demais chefes de Executivo	726
10.4.14.	E a investigação contra Governadores de Estado, do DF ou Prefeitos, precisa de prévia autorização do Poder Legislativo? E a instauração do processo criminal?	727
10.4.15.	Sistematização da competência para julgamento das autoridades pela prática de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade	728
10.4.15.1.	Prefeitos Municipais	731
10.4.15.2.	Vereadores Municipais	733
10.4.15.3.	A inconstitucionalidade das regras trazidas pela Lei n. 10.628/2002 em relação à <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e ao “inusitado foro cível por prerrogativa de função em lei processual penal”	734
10.4.15.4.	Foro por prerrogativa de função e jurisdições de categorias diversas — a discussão sobre o desmembramento	736
10.4.15.5.	Distinção entre os regimes de responsabilidade político-administrativa previstos na CF — Rcl 2.138-6-DF	738
10.4.15.6.	Responsabilidade fiscal e as infrações administrativas contra as leis de finanças públicas — LC n. 101/2000 e Lei n. 10.028/2000	738
10.5.	Questões	740
11.	PODER JUDICIÁRIO	749
11.1.	Funções do Poder Judiciário	749
11.2.	Algumas características da jurisdição	749
11.3.	Reforma do Poder Judiciário — EC n. 45/2004	751
11.3.1.	Histórico de sua tramitação	751
11.3.2.	Principais alterações	753
11.3.3.	Principais ações diretas e decisões do STF em relação às novidades introduzidas pela EC n. 45/2004 (ordem cronológica de propositura)	757
11.4.	Estatuto da Magistratura	759
11.5.	Garantias do Judiciário	766
11.5.1.	Garantias institucionais do Judiciário	767
11.5.1.1.	Garantias de autonomia orgânico-administrativa	767
11.5.1.2.	Garantias de autonomia financeira	767
11.5.2.	Garantias funcionais do Judiciário (ou de órgãos)	768
11.5.2.1.	Garantias de independência dos órgãos judiciários	768
11.5.2.1.1.	Vitaliciedade	768
11.5.2.1.2.	Inamovibilidade	769

11.5.2.1.3.	Irredutibilidade de subsídios	771
11.5.2.2.	Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários	772
11.5.3.	Prerrogativa de foro: o magistrado aposentado tem direito a foro especial por prerrogativa de função?	773
11.6.	Estrutura do Judiciário.....	774
11.6.1.	Órgãos de convergência e órgãos de superposição.....	774
11.6.2.	Justiças: comum e especial	775
11.6.3.	Competência penal <i>versus</i> competência civil.....	776
11.6.4.	Juizados Especiais: algumas particularidades	776
11.6.4.1.	Não cabimento de Recurso Especial para o STJ e o cabimento de Rcl	776
11.6.4.2.	Cabimento de RE para o STF.....	778
11.6.4.3.	Cabimento de HC e MS contra ato de juizado especial — superação da S. 690/STF.....	778
11.6.4.4.	Ação de indenização em razão do fumo: incompetência dos Juizados — complexidade da causa.....	784
11.6.4.5.	Juizados e a Lei Maria da Penha.....	784
11.6.5.	Organograma do Poder Judiciário.....	785
11.7.	A regra do “quinto constitucional”	785
11.8.	Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário	788
11.8.1.	Supremo Tribunal Federal (STF)	788
11.8.1.1.	STF — aspectos históricos.....	788
11.8.1.2.	STF — regras gerais.....	789
11.8.1.3.	STF — destaques às novidades trazidas pela EC n. 45/2004 (“Reforma do Judiciário”).....	791
11.8.2.	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	794
11.8.3.	Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Juízes Federais	800
11.8.4.	Tribunais e Juízes do Trabalho de acordo com a EC n. 24/99.....	800
11.8.4.1.	Tribunal Superior do Trabalho (TST)	801
11.8.4.2.	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).....	802
11.8.4.3.	Juízes do Trabalho — Varas do Trabalho	802
11.8.4.4.	Competências da Justiça do Trabalho	802
11.8.4.5.	O que aconteceu com os mandatos dos classistas em face da EC n. 24/99?	807
11.8.5.	Tribunais e Juízes Eleitorais	807
11.8.5.1.	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	807
11.8.5.2.	Tribunal Regional Eleitoral (TRE).....	808
11.8.5.3.	Juízes Eleitorais.....	808
11.8.5.4.	Juntas Eleitorais.....	809
11.8.6.	Tribunais e Juízes Militares.....	809
11.8.6.1.	Superior Tribunal Militar (STM)	809
11.8.6.2.	Justiça Militar da União	811
11.8.6.2.1.	Regras gerais e Circunscrições Judiciárias Militares	811
11.8.6.2.2.	Conselhos de Justiça Militar.....	811
11.8.6.2.3.	Hierarquia militar (postos e graduações).....	813
11.8.6.2.4.	Ministério Público Militar e Defensoria Pública da União ..	815
11.8.6.2.5.	A Justiça Militar da União julga civil?.....	815
11.8.6.2.6.	E os crimes dolosos contra a vida?.....	816
11.8.6.2.7.	A Lei n. 9.099/95 (que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e outras providências) se aplica no âmbito da Justiça Militar?.....	817

11.8.6.2.8.	A Justiça Militar da União e a Reforma do Judiciário	818
11.8.6.3.	Justiça Militar dos Estados	818
11.8.6.3.1.	Atribuições	818
11.8.6.3.2.	Composição e competência	820
11.8.6.3.3.	Aplicação da pena de perda do posto e da patente (oficiais) e da graduação (praças): atribuição exclusiva do Tribunal competente ou possibilidade de ser imposta como pena acessória?	821
11.8.6.3.4.	Hierarquia militar estadual (postos e graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar)	823
11.8.6.3.5.	Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual (Justiça Militar Estadual)	824
11.8.6.4.	Justiça Militar do Distrito Federal	825
11.8.7.	Tribunais e Juízes dos Estados	825
11.8.8.	Varas Agrárias e os conflitos fundiários	826
11.8.9.	Justiça Estadual é competente para julgar crimes comuns entre silvícolas ...	828
11.8.10.	Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios	829
11.9.	Princípio do juiz natural e convocação de juízes de primeiro grau para compor órgão julgador de tribunal	830
11.10.	Magistratura — teto de subsídio x teto de remuneração — Poder Judiciário — caráter nacional e unitário	831
11.11.	Da Justiça de Paz (art. 98, II)	833
11.11.1.	Regras gerais	833
11.11.2.	Os juízes de paz integram o Poder Judiciário?	837
11.12.	Dos precatórios	838
11.12.1.	Regras gerais	838
11.12.2.	Espécies de precatórios e exceção no caso das obrigações de pequeno valor ..	839
11.12.3.	Compensação de precatório com débitos tributários	842
11.12.4.	Utilização de precatórios para compra de imóveis públicos	842
11.12.5.	Atualização de valores de requisitórios de acordo com os índices da caderneta de poupança	842
11.12.6.	Cessão dos créditos em precatórios a terceiros e a possibilidade de assunção de débitos diretamente pela União	843
11.12.7.	Regime especial para pagamento de crédito de precatórios — art. 100, § 15, CF/88 e art. 97 do ADCT	843
11.12.8.	Regime especial para pagamento de crédito de precatórios e os parcelamentos anteriores introduzidos pelos arts. 33 e 78 do ADCT	845
11.12.9.	Débitos das entidades da Administração Indireta: precatórios?	847
11.12.10.	Intervenção federal ou estadual e não pagamento de precatórios	849
11.12.11.	EC n. 62/2009: imoralidade e inconstitucionalidade?	850
11.13.	Conselho Nacional de Justiça	851
11.13.1.	Aspectos gerais e composição do CNJ	851
11.13.2.	Aperfeiçoamento do CNJ: EC n. 61/2009	853
11.13.3.	Inexistência de regulamentação para a indicação dos membros do CNJ	854
11.13.4.	O CNJ é constitucional?	855
11.13.5.	Atribuições do CNJ e o controle de suas decisões pelo STF (limites?)	857
11.13.5.1.	Regras gerais	857
11.13.5.2.	O CNJ não exerce função jurisdicional	859
11.13.5.3.	STF: órgão de cúpula jurisdicional e órgão de cúpula administrativa, financeira e disciplinar (amplitude)	859
11.13.5.4.	O STF não deve ser considerado mera instância revisora das decisões administrativas do CNJ	860
11.13.6.	O CNJ tem controle da função jurisdicional do Judiciário?	861

11.13.7.	Corregedoria Nacional de Justiça e Ministro-Corregedor do CNJ	861
11.13.8.	O CNJ, no exercício de suas atribuições correccionais, atua originariamente (primariamente) e concorrentemente com as Corregedorias dos tribunais ...	862
11.13.9.	Prerrogativa de foro	863
11.13.10.	Outras regras sobre o CNJ	863
11.14.	Súmula vinculante	863
11.14.1.	Duas realidades: a morosidade da Justiça e as teses jurídicas repetitivas	863
11.14.2.	As “famílias” do direito.....	864
11.14.3.	Influência do <i>stare decisis</i> da família da <i>common law</i>	865
11.14.4.	Influência da Alemanha e da Áustria.....	866
11.14.5.	A influência do direito português.....	866
11.14.6.	A evolução do “direito sumular” no Brasil (fase colonial — influência do direito português).....	866
11.14.7.	A evolução do “direito sumular” no Brasil (após a independência).....	867
11.14.8.	Prejúncios da súmula vinculante em âmbito constitucional.....	868
11.14.9.	Prejúncios da súmula vinculante no âmbito do direito processual civil	868
11.14.10.	Os contornos da súmula vinculante na EC n. 45/2004	869
11.14.11.	As regras trazidas pela Lei n. 11.417, de 19.12.2006 — súmula vinculante...	870
11.14.11.1.	Competência.....	870
11.14.11.2.	Objeto	870
11.14.11.3.	Requisitos para a edição.....	870
11.14.11.4.	Legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante.....	871
11.14.11.5.	Procedimento	871
11.14.11.6.	Efeitos da súmula	873
11.14.11.7.	Modulação dos efeitos.....	874
11.14.11.8.	Revogação ou modificação da lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante	875
11.14.11.9.	Da reclamação.....	875
11.14.11.10.	Responsabilidade do administrador público.....	875
11.14.11.11.	Responsabilidade dos magistrados?.....	876
11.14.12.	As 32 primeiras súmulas vinculantes (a de número 30 com a publicação suspensa).....	877
11.14.13.	Processos com idêntica controvérsia constitucional — exemplo de utilidade da súmula vinculante — o caso da “pensão por morte”	881
11.14.14.	Aspectos conclusivos	882
11.15.	Extinção dos Tribunais de Alçada.....	883
11.15.1.	Histórico nas Constituições	883
11.15.2.	O surgimento dos Tribunais de Alçada nos Estados	883
11.15.3.	A EC n. 45/2004	884
11.16.	Questões.....	885
12.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	897
12.1.	Noções introdutórias.....	897
12.2.	Ministério Público	897
12.2.1.	Histórico.....	897
12.2.1.1.	Origens remotas.....	897
12.2.1.2.	Constituição de 1824	898
12.2.1.3.	Constituição de 1891.....	899
12.2.1.4.	Constituição de 1934	899
12.2.1.5.	Constituição de 1937	901

12.2.1.6.	Constituição de 1946	901
12.2.1.7.	Constituição de 1967	902
12.2.1.8.	Emenda Constitucional n. 1/69	903
12.2.1.9.	Constituição de 1988	903
12.2.2.	Definição e investidura (“quarentena de entrada”)	904
12.2.3.	Organização do Ministério Público na CF/88 — art. 128, I e II, e MP Eleitoral	905
12.2.3.1.	Organização do Ministério Público da União e Estadual	905
12.2.3.2.	MP Eleitoral	906
12.2.4.	Chefe do Ministério Público	907
12.2.4.1.	Procurador-Geral da República	907
12.2.4.2.	Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios	908
12.2.4.3.	Procurador-Geral do Trabalho	910
12.2.4.4.	Procurador-Geral da Justiça Militar	911
12.2.4.5.	Procurador-Geral Eleitoral	911
12.2.4.6.	Procurador Regional Eleitoral	911
12.2.4.7.	Novas perspectivas em relação à nomeação do PGR	912
12.2.5.	Princípios institucionais	912
12.2.5.1.	Regras gerais	912
12.2.5.2.	Legitimidade ativa autônoma do Ministério Público estadual para o ajuizamento de reclamação no STF, sem que se exija a ratificação da inicial pelo PGR	913
12.2.6.	Princípio do promotor natural	915
12.2.7.	Garantias do Ministério Público	919
12.2.7.1.	Garantias institucionais	919
12.2.7.1.1.	Autonomia funcional	919
12.2.7.1.2.	Autonomia administrativa	920
12.2.7.1.3.	Autonomia financeira	920
12.2.7.2.	Garantias dos membros do Ministério Público	920
12.2.7.2.1.	Vitaliciedade	920
12.2.7.2.2.	Inamovibilidade	920
12.2.7.2.3.	Irredutibilidade de subsídios	921
12.2.7.3.	Impedimentos imputados aos membros do Ministério Público (vedações)	921
12.2.7.4.	Abrangência das garantias e impedimentos	924
12.2.8.	Funções institucionais do Ministério Público	925
12.2.9.	A teoria dos “poderes implícitos” e o poder de investigação criminal pelo MP ...	927
12.2.10.	Conselho Nacional do Ministério Público	928
12.2.10.1.	Regras gerais e composição	928
12.2.10.2.	Escolha dos membros do Ministério Público da União	929
12.2.10.3.	Escolha dos 3 membros do Ministério Público dos Estados	929
12.2.10.4.	A sabatina no Senado Federal e a falta de critérios para a indicação dos demais membros do Conselho que não os oriundos da carreira do Ministério Público	930
12.2.10.5.	Esquematização gráfica sobre a indicação dos membros do CNMP	931
12.2.10.6.	Corregedor Nacional	932
12.2.10.7.	Atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ..	932
12.2.10.8.	Pode o CNMP fixar novo teto remuneratório dos membros e servidores do Ministério Público diferente do estabelecido na CF/88? ...	933
12.2.10.9.	Outras regras	933

12.2.11.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (art. 130)	934
12.3.	Advocacia pública.....	935
12.3.1.	A distorção corrigida pela EC n. 19/98	935
12.3.2.	O advogado público pode exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo?.....	935
12.3.3.	Assessoramento, amplitude vinculativa dos pareceres jurídicos e a responsabilização dos advogados públicos.....	937
12.3.4.	<i>Contempt of Court</i> : a multa do art. 14, parágrafo único, do CPC e os advogados públicos — ADI 2.652	939
12.3.5.	Pareceres e Súmula da Advocacia-Geral da União	941
12.3.6.	Advocacia-Geral da União.....	941
12.3.6.1.	Regras gerais	941
12.3.6.2.	Órgãos da Advocacia-Geral da União.....	942
12.3.6.3.	Advogado-Geral da União.....	943
12.3.6.4.	O caso particular do “direito de manifestação” do AGU no controle concentrado de constitucionalidade (art. 103, § 3.º)	944
12.3.6.5.	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.....	946
12.3.6.6.	Procuradoria-Geral Federal	946
12.3.6.7.	Procuradoria-Geral do Banco Central	947
12.3.7.	Procuradoria-Geral dos Estados e do Distrito Federal	947
12.3.7.1.	Estrutura unitária.....	947
12.3.7.2.	Nomeação e destituição do Procurador-Geral pelo Governador ...	948
12.3.7.3.	Garantias e impedimentos dos Procuradores do Estado e do DF..	949
12.3.8.	Procuradoria-Geral dos Municípios	950
12.4.	Advocacia.....	950
12.5.	Estatuto da OAB à luz da jurisprudência do STF	951
12.5.1.	ADIs 1.105 e 1.127	951
12.5.2.	ADIs 1.194, 2.522, 3.026 e 3.168	955
12.5.3.	Constitucionalidade do Exame de Ordem: vitória para os bacharéis em direito e conquista da sociedade	957
12.5.4.	Súmula Vinculante 5/STF x Súmula 343/STJ.....	959
12.6.	Defensoria Pública.....	959
12.6.1.	“Ondas renovatórias”	959
12.6.2.	Assistência jurídica integral e gratuita — aspectos gerais e evolução constitucional	960
12.6.3.	Regras gerais.....	961
12.6.4.	O fortalecimento da Defensoria Pública pela EC n. 45/2004 (Reforma do Judiciário), bem como pela EC n. 69/2012.....	962
12.6.5.	Existe Defensoria Pública Municipal?.....	964
12.6.6.	Algumas problemáticas já decididas pela jurisprudência do STF e do STJ ..	964
12.6.6.1.	A indispensabilidade do concurso público para ingresso na carreira	964
12.6.6.2.	Servidor público processado, civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no “exercício regular” de suas funções tem direito à “assistência judiciária” do Estado? Essa atribuição pode ser destinada à Defensoria Pública Estadual?	964
12.6.6.3.	Prazo em dobro e intimação pessoal: prerrogativas da Defensoria Pública. A questão da regra do prazo em dobro para o processo penal. “Lei ainda constitucional”	965
12.6.6.4.	As prerrogativas do prazo em dobro e da intimação pessoal valem para Procuradores do Estado no exercício da assistência judiciária, como foi o caso de São Paulo?	966

12.6.6.5.	As prerrogativas do prazo em dobro e da intimação pessoal valem para os advogados dativos?.....	966
12.6.6.6.	As prerrogativas do prazo em dobro e intimação pessoal para a Defensoria Pública aplicam-se ao rito especial dos Juizados?.....	968
12.6.6.7.	Defensor público pode exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais?	969
12.6.6.8.	Inconstitucionalidade progressiva — art. 68 do CPP — “lei ainda constitucional”	970
12.6.6.9.	A Defensoria Pública pode propor ação civil pública?.....	970
12.6.6.10.	O Defensor Público pode receber honorários advocatícios?	971
12.6.6.11.	O Defensor Público tem a garantia da vitaliciedade ou a da estabilidade?	972
12.6.6.12.	O Defensor Público tem a garantia da inamovibilidade?	972
12.6.6.13.	Remuneração	973
12.6.6.14.	O Defensor Público tem poder de requisição?.....	973
12.6.6.15.	A Defensoria Pública Estadual e a Distrital pode atuar nos Tribunais Superiores?	974
12.6.6.16.	É constitucional a imposição por ato normativo da obrigatoriedade de convênio a ser firmado entre a Defensoria Pública e a OAB, para a prestação da assistência jurídica, integral e gratuita?.....	974
12.7.	Questões.....	975
12.7.1.	Ministério Público	975
12.7.2.	Advocacia.....	979
12.7.3.	Defensoria Pública.....	981
12.7.4.	Geral.....	983
13.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	987
13.1.	Noções introdutórias — sistema constitucional das crises	987
13.2.	Estado de defesa.....	988
13.2.1.	Hipóteses de decretação do estado de defesa	988
13.2.2.	Procedimento e regras gerais.....	988
13.2.3.	Controle exercido sobre a decretação do estado de defesa ou sua prorrogação	989
13.3.	Estado de sítio.....	990
13.3.1.	Hipóteses de decretação do estado de sítio.....	990
13.3.2.	Procedimento e abrangência.....	990
13.3.3.	Medidas coercitivas	991
13.3.4.	Controle exercido sobre a decretação do estado de sítio	992
13.4.	Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio	992
13.5.	Quadro comparativo entre o estado de defesa e o estado de sítio	993
13.6.	Forças Armadas	996
13.6.1.	Regras gerais.....	996
13.6.2.	As praças prestadoras de serviço militar inicial podem receber abaixo do salário mínimo?.....	998
13.6.3.	Editais de concurso podem estabelecer limite de idade para o ingresso nas Forças Armadas?	999
13.6.4.	“Princípio da insignificância” e crimes militares: o caso concreto de posse de reduzida quantidade de substância entorpecente. Princípio da especialidade. Afastamento da Nova Lei de Drogas	1001
13.6.5.	Criação do Ministério da Defesa pela EC n. 23/99.....	1003
13.7.	Segurança Pública.....	1004
13.7.1.	Aspectos gerais	1004
13.7.2.	Cooperação entre a União e os Estados-membros e o DF e a Força Nacional de Segurança Pública	1004

13.7.3.	BEPE — Batalhão Especial de Pronto Emprego	1007
13.7.4.	UPPs — Unidades de Polícia Pacificadora (RJ)	1008
13.7.5.	Polícias da União	1008
13.7.6.	Polícias dos Estados	1009
13.7.6.1.	Polícia judiciária dos Estados — discussão sobre a escolha do diretor-geral da Polícia Civil. Superação do entendimento firmado na ADI 132. Reconstrução jurisdicional da própria teoria do federalismo (ADI 3.062)	1009
13.7.6.2.	Polícia ostensiva ou preventiva dos Estados — PM e Corpo de Bombeiros Militares	1010
13.7.7.	Polícias do Distrito Federal	1011
13.7.8.	Polícias dos Territórios	1012
13.7.9.	Polícias dos Municípios	1014
13.7.10.	Nos Municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de delegado de polícia de carreira, o atendimento nas delegacias de polícia poderá ser realizado por subtenente ou sargento da polícia militar?	1015
13.7.11.	Policiais civis e militares: direito de greve (?) e anistia (?)	1015
13.7.11.1.	Direito de greve?	1015
13.7.11.2.	Lei poderá conceder anistia a policiais civis ou militares (PM e corpo de bombeiros) em relação a eventuais crimes praticados e infrações disciplinares conexas decorrentes de participação em movimentos reivindicatórios?	1016
13.8.	Questões	1020
14.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	1027
14.1.	Localização	1027
14.2.	Evolução dos direitos fundamentais (“gerações” ou “dimensões” de direitos)	1027
14.2.1.	Direitos fundamentais da 1.ª dimensão	1028
14.2.2.	Direitos fundamentais da 2.ª dimensão	1029
14.2.3.	Direitos fundamentais da 3.ª dimensão	1029
14.2.4.	Direitos fundamentais da 4.ª dimensão	1030
14.2.5.	Direitos fundamentais da 5.ª dimensão	1031
14.3.	Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais	1031
14.4.	Características dos direitos e garantias fundamentais	1032
14.5.	Abrangência dos direitos e garantias fundamentais	1033
14.6.	A aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais	1033
14.7.	A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	1034
14.8.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	1035
14.8.1.	Aspectos gerais	1035
14.8.2.	Teorias da eficácia indireta (mediata) ou direta (imediata)	1036
14.8.3.	Eficácia “irradiante” dos direitos fundamentais	1037
14.8.4.	Alguns precedentes	1037
14.8.5.	Brevíssima conclusão	1038
14.9.	Deveres fundamentais	1039
14.10.	Direitos individuais e coletivos	1040
14.10.1.	Direito à vida (art. 5.º, <i>caput</i>)	1040
14.10.1.1.	Aspectos gerais	1040
14.10.1.2.	Células-tronco embrionárias	1041
14.10.1.3.	Interrupção de gravidez de feto anencefálico	1042
14.10.1.4.	Eutanásia	1043

14.10.2.	Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , I).....	1044
14.10.2.1.	Aspectos gerais	1044
14.10.2.2.	<i>Separate but equal e Treatment as an equal</i>	1045
14.10.2.3.	Ações afirmativas — três importantes precedentes da Suprema Corte (Cotas Raciais, PROUNI e Lei Maria da Penha)	1046
14.10.2.4.	Ações afirmativas — indicação de Ministros para o STF	1048
14.10.2.5.	Princípio da congeneridade.....	1048
14.10.2.6.	Foro da residência da mulher	1049
14.10.3.	Princípio da legalidade (art. 5.º, II).....	1050
14.10.4.	Proibição da tortura (art. 5.º, III)	1050
14.10.5.	Liberdade da manifestação de pensamento (art. 5.º, IV e V).....	1051
14.10.5.1.	Delação anônima.....	1052
14.10.5.2.	“Marcha da maconha”	1052
14.10.6.	Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5.º, VI a VIII)	1054
14.10.6.1.	Regras gerais.....	1054
14.10.6.2.	Ensino religioso nas escolas.....	1056
14.10.6.3.	Feriados religiosos	1056
14.10.6.4.	Casamento perante autoridades religiosas.....	1056
14.10.6.5.	Transusão de sangue nas testemunhas de Jeová.....	1056
14.10.6.6.	Curandeirismo.....	1057
14.10.6.7.	Crucifixos em repartições públicas	1057
14.10.6.8.	Imunidade religiosa.....	1057
14.10.6.9.	Guarda sabática.....	1058
14.10.6.10.	Aspectos conclusivos	1059
14.10.7.	Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação. Indenização em caso de dano (art. 5.º, IX e X)	1059
14.10.8.	Intimidade e vida privada e o sigilo bancário (art. 5.º, X).....	1060
14.10.9.	Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	1061
14.10.10.	Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5.º, XII)	1062
14.10.11.	Liberdade de profissão (art. 5.º, XIII).....	1064
14.10.12.	Liberdade de informação (art. 5.º, XIV e XXXIII).....	1065
14.10.13.	Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV e LXI)	1066
14.10.14.	Direito de reunião (art. 5.º, XVI).....	1066
14.10.15.	Direito de associação (art. 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI).....	1067
14.10.16.	Direito de propriedade (art. 5.º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI)	1067
14.10.17.	Direito de herança e estatuto sucessório (art. 5.º, XXX e XXXI).....	1069
14.10.18.	Propriedade intelectual (art. 5.º, XXVII, XXVIII e XXIX)	1069
14.10.19.	Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII).....	1070
14.10.20.	Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV).....	1072
14.10.21.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5.º, XXXV)	1074
14.10.22.	Limites à retroatividade da lei (art. 5.º, XXXVI).....	1077
14.10.23.	Princípio do promotor natural (art. 5.º, LIII).....	1079
14.10.24.	Princípio do juiz natural ou legal (art. 5.º, XXXVII e LIII)	1079
14.10.25.	Tribunal Penal Internacional — “TPI” (art. 5.º, § 4.º — EC n. 45/2004).....	1081
14.10.26.	Federalização dos crimes contra direitos humanos (art. 109, V-A e § 5.º — EC n. 45/2004) — Incidente de deslocamento de competência — IDC.....	1083
14.10.27.	Tribunal do Júri (art. 5.º, XXXVIII).....	1086
14.10.28.	Segurança jurídica em matéria criminal (art. 5.º, XXXIX a LXVII) e a teoria dos mandados expressos de criminalização à luz dos direitos fundamentais.....	1087

14.10.28.1.	Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora. Irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> (art. 5.º, XXXIX e XL).....	1088
14.10.28.2.	Práticas discriminatórias, crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia e crimes inafiançáveis e imprescritíveis (art. 5.º, XLI a XLIV)	1090
14.10.28.3.	Regras constitucionais sobre as penas (art. 5.º, XLV a XLVIII)	1091
14.10.28.4.	Direitos assegurados aos presos (art. 5.º, XLIX, L, LXII, LXIII e LXIV)	1093
14.10.28.5.	Regras sobre extradição (art. 5.º, LI e LII)	1093
14.10.28.6.	Presunção de inocência (não culpabilidade) (art. 5.º, LVII).....	1093
14.10.28.7.	Regras sobre a prisão (art. 5.º, LXI, LXV, LXVI, LXVII)	1094
14.10.28.8.	Identificação criminal (art. 5.º, LVIII).....	1095
14.10.28.9.	Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX).....	1095
14.10.29.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa e a problemática da videoconferência no interrogatório do réu (art. 5.º, LIV e LV)	1096
14.10.29.1.	Aspectos gerais	1096
14.10.29.2.	Interrogatório por videoconferência (on-line)	1097
14.10.29.3.	Art. 98 do antigo Regimento Interno do CNJ: necessidade de intimação pessoal de terceiros que demonstrem interesse jurídico nos procedimentos de controle administrativo (PCAs). Correção no novo RI	1100
14.10.30.	Devido processo legal substantivo ou material (arts. 5.º, LV, e 3.º, I)	1100
14.10.31.	Provas ilícitas (art. 5.º, LVI).....	1101
14.10.32.	Publicidade dos atos processuais (e dever de motivação das decisões judiciais) (art. 5.º, LX)	1102
14.10.33.	Assistência jurídica integral e gratuita (art. 5.º, LXXIV)	1102
14.10.34.	Erro judiciário (art. 5.º, LXXV).....	1103
14.10.35.	Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito (art. 5.º, LXXVI).....	1104
14.10.36.	Gratuidade nas ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> (art. 5.º, LXXVII)...	1106
14.10.37.	Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	1106
14.10.37.1.	Aspectos gerais	1106
14.10.37.2.	Celeridade do processo e crimes praticados contra os idosos ...	1108
14.10.37.3.	Leis infraconstitucionais decorrentes da EC n. 45/2004 (“Reforma do Poder Judiciário”) no sentido de “racionalização da prestação jurisdicional” — frutos dos “Pactos Republicanos”	1109
14.10.37.4.	Perspectivas de um “novo tempo” para o Judiciário brasileiro ...	1112
14.11.	Remédios constitucionais	1113
14.11.1.	Os remédios constitucionais nas Constituições brasileiras — quadro esquematizado.....	1113
14.11.2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII).....	1114
14.11.2.1.	Regras gerais	1114
14.11.2.2.	Esquematização da evolução histórica do “HC” no constitucionalismo brasileiro.....	1115
14.11.2.3.	Competência.....	1117
14.11.2.4.	Espécies.....	1118
14.11.2.5.	Punições disciplinares militares	1118
14.11.2.6.	<i>Habeas corpus</i> impetrado em face de ato da “Turma Recursal” — competência do TJ — superada a S. 690/STF.....	1118
14.11.3.	Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX).....	1118
14.11.3.1.	Introdução	1118
14.11.3.2.	Esquematização da evolução histórica do “MS” no constitucionalismo brasileiro.....	1119
14.11.3.3.	Abrangência	1120

14.11.3.4.	Direito líquido e certo	1120
14.11.3.5.	Ilegalidade ou abuso de poder	1120
14.11.3.6.	Legitimidade ativa e passiva	1121
14.11.3.7.	Competência	1121
14.11.3.8.	Algumas outras observações	1122
14.11.4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX)	1122
14.11.4.1.	Regras gerais	1122
14.11.4.2.	Objeto, legitimidade ativa e objetivos	1123
14.11.4.2.1.	Objeto	1123
14.11.4.2.2.	Legitimidade ativa	1123
14.11.4.2.2.1.	Partidos políticos	1124
14.11.4.2.2.2.	Organizações sindicais, entidades de classe e associações	1124
14.11.4.2.3.	Objetivos	1125
14.11.5.	Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI)	1125
14.11.5.1.	Aspectos gerais	1125
14.11.5.2.	Legitimidade ativa e passiva	1126
14.11.5.3.	Competência	1127
14.11.5.4.	Procedimento e efeitos da decisão	1128
14.11.5.5.	Perspectivas de um “ativismo judicial”	1130
14.11.6.	<i>Habeas data</i> (art. 5.º, LXXII)	1131
14.11.6.1.	Aspectos gerais	1131
14.11.6.2.	Legitimidade ativa e passiva	1131
14.11.6.3.	Procedimento	1132
14.11.6.4.	Competência	1132
14.11.7.	Ação popular (art. 5.º, LXXIII)	1133
14.11.7.1.	Aspectos gerais	1133
14.11.7.2.	Esquematização da evolução histórica da “ação popular” no constitucionalismo brasileiro	1134
14.11.7.3.	Requisitos	1134
14.11.7.4.	Legitimidade ativa e passiva	1135
14.11.7.5.	Competência	1136
14.11.7.5.1.	Regra geral — juízo de primeiro grau	1136
14.11.7.5.2.	SEBRAE — competência da Justiça comum	1137
14.11.7.5.3.	Ação popular contra o CNMP — incompetência do STF	1137
14.11.7.5.4.	Incompetência originária do STF e indicação do órgão competente	1138
14.11.7.6.	Outras regras	1138
14.12.	Questões	1139
14.12.1.	Direitos fundamentais	1139
14.12.2.	Remédios constitucionais	1147
15.	DIREITOS SOCIAIS	1151
15.1.	Aspectos gerais	1151
15.2.	Breves comentários aos direitos sociais	1152
15.2.1.	Direito à educação	1152
15.2.2.	Direito à saúde	1153
15.2.3.	Direito à alimentação	1153
15.2.4.	Direito ao trabalho	1154
15.2.5.	Direito à moradia	1154
15.2.6.	Direito ao lazer	1155
15.2.7.	Direito à segurança	1155

15.2.8.	Direito à previdência social	1155
15.2.9.	Proteção à maternidade e à infância	1156
15.2.10.	Assistência aos desamparados	1157
15.3.	“PEC da felicidade” — PEC n. 513/2010-CD e PEC n. 19/2010-SF	1157
15.4.	Direitos relativos aos trabalhadores	1158
15.4.1.	Direitos sociais individuais dos trabalhadores	1159
15.4.2.	Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	1163
15.4.2.1.	Direito de associação profissional ou sindical	1163
15.4.2.2.	Direito de greve	1164
15.4.2.3.	Direito de substituição processual	1165
15.4.2.4.	Direito de participação	1165
15.4.2.5.	Direito de representação classista	1165
15.5.	“Metodologia fuzzy” e “camaleões normativos” na problemática dos direitos sociais, culturais e econômicos (Canotilho)	1165
15.5.1.	Princípio do não retrocesso social ou da proibição da evolução reacionária	1167
15.5.2.	Mínimo existencial: concretização dos direitos sociais e a implementação de políticas públicas	1167
15.6.	Questões	1170
16.	NACIONALIDADE	1177
16.1.	Conceito	1177
16.1.1.	Definições correlatas	1177
16.2.	Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição	1178
16.3.	Brasileiro nato	1178
16.4.	Brasileiro naturalizado	1180
16.4.1.	Breves noções introdutórias	1180
16.4.2.	Naturalização ordinária	1181
16.4.3.	Naturalização extraordinária ou quinquenária	1182
16.4.4.	Radicação precoce e conclusão de curso superior?	1182
16.5.	Quase nacionalidade — portugueses — art. 12, § 1.º — reciprocidade	1182
16.6.	A lei poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados?	1183
16.6.1.	Regra geral	1183
16.6.2.	Hipóteses taxativas de exceção à regra geral	1184
16.6.2.1.	Extradição	1184
16.6.2.1.1.	Extradição: brasileiro nato X brasileiro naturalizado	1184
16.6.2.1.2.	Extradição ativa e extradição passiva	1185
16.6.2.1.3.	Extradição: regras gerais	1187
16.6.2.1.4.	Extradição: e se o extraditando for casado com brasileira ou tiver filho brasileiro? Haverá óbice, por esse motivo, ao pedido de extradição?	1189
16.6.2.1.5.	Extradição: entendendo o STF pela procedência do pedido de extradição, o Presidente da República será obrigado a extraditar o requisitado?	1189
16.6.2.1.6.	Expulsão	1192
16.6.2.1.7.	Deportação	1194
16.6.2.1.8.	Banimento: existe expulsão ou banimento de brasileiros? ...	1195
16.6.2.1.9.	Asilo e refúgio (direito de permanecer no Brasil)	1195
16.6.2.2.	Cargos privativos de brasileiros natos	1196
16.6.2.3.	Atividade nociva ao interesse nacional	1197
16.6.2.4.	Conselho da República	1197

16.6.2.5. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	1197
16.7. Perda da nacionalidade	1198
16.7.1. Hipóteses de perda da nacionalidade.....	1198
16.7.1.1. Cancelamento da naturalização.....	1198
16.7.1.2. Aquisição de outra nacionalidade	1199
16.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida	1199
16.9. Questões.....	1200
17. DIREITOS POLÍTICOS	1207
17.1. Noções introdutórias.....	1207
17.1.1. Democracia semidireta ou participativa.....	1207
17.1.2. Plebiscito <i>versus</i> referendo: experiências na história brasileira.....	1208
17.1.2.1. Referendo para manutenção ou não do regime parlamentarista (1963)	1209
17.1.2.2. Plebiscito para a escolha entre a forma (república ou monarquia constitucional) e sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) (1993).....	1209
17.1.2.3. Referendo para a manifestação do eleitorado sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional (2005).....	1209
17.1.3. O resultado do plebiscito ou do referendo pode ser modificado por lei ou emenda à Constituição?	1212
17.1.4. Quadro comparativo: plebiscito <i>versus</i> referendo	1213
17.1.5. Outros institutos de democracia semidireta ou participativa: <i>recall</i> e veto popular	1213
17.2. Soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio, voto e escrutínio	1214
17.3. Direito político positivo (direito de sufrágio).....	1214
17.3.1. Capacidade eleitoral ativa.....	1214
17.3.2. Capacidade eleitoral passiva.....	1216
17.3.2.1. Condições de elegibilidade.....	1216
17.4. Direitos políticos negativos.....	1217
17.4.1. Inelegibilidades	1217
17.4.1.1. Inelegibilidades absolutas.....	1217
17.4.1.2. Inelegibilidades relativas	1218
17.4.1.2.1. Inelegibilidade relativa em razão da função exercida (por motivos funcionais).....	1218
17.4.1.2.1.1. Inelegibilidade relativa em razão da função exercida para um terceiro mandato sucessivo.....	1218
17.4.1.2.1.2. A figura do denominado “prefeito itinerante” ou “prefeito profissional”.....	1219
17.4.1.2.1.3. Inelegibilidade relativa em razão da função para concorrer a outros cargos.....	1220
17.4.1.2.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco	1221
17.4.1.2.3. Militares.....	1222
17.4.1.2.4. Inelegibilidades previstas em lei complementar	1223
17.4.2. Candidatos com “ficha suja”: inelegibilidade?.....	1224
17.4.3. Privação dos direitos políticos — perda e suspensão.....	1227
17.4.3.1. Perda dos direitos políticos (arts. 15, I e IV, e 12, § 4.º, II, CF/88)	1227
17.4.3.2. Suspensão dos direitos políticos (arts. 15, II, III e V, e 55, II, e § 1.º, CF/88; art. 17.3 do Dec. n. 3.927/2001, c/c o art. 1.º, I, “b”, da LC n. 64/90)	1228
17.4.4. Reaquisição dos direitos políticos perdidos ou suspensos	1229

17.5. Servidor público e exercício do mandato eletivo.....	1229
17.6. Questões.....	1230
18. PARTIDOS POLÍTICOS	1239
18.1. Conceito	1239
18.2. Regras constitucionais	1239
18.3. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira — proteção constitucional às minorias..	1241
18.4. O princípio da verticalização das coligações partidárias e a EC n. 52/2006	1242
18.4.1. Primeiro momento — a consagração da regra da verticalização das coligações partidárias pelo TSE	1242
18.4.2. Ataques à regra da verticalização das coligações partidárias fixada pelo TSE...	1243
18.4.3. Ataques à regra da EC n. 52/2006, que expressamente acabou com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias. Mantida a verticalização para as eleições de 2006 (princípio da anualidade — art. 16 da CF). A EC n. 52/2006 entrou em vigor na data de sua publicação, mas somente poderá ser aplicada às eleições que ocorram até 1 ano da data de sua vigência.....	1246
18.5. Fidelidade partidária.....	1248
18.6. A vaga decorrente do licenciamento de titulares de mandato parlamentar deve ser ocupada pelos suplentes das coligações ou dos partidos?.....	1250
18.7. Questões.....	1251
19. ORDEM SOCIAL.....	1255
19.1. Aspectos gerais	1255
19.1.1. Valores da ordem social: base e objetivo.....	1255
19.1.2. Conteúdo da ordem social.....	1255
19.2. Seguridade social.....	1257
19.2.1. Princípios orientadores da organização da seguridade social.....	1257
19.2.2. Financiamento da seguridade social.....	1257
19.2.3. Competência discriminada (lei ordinária) e competência residual (lei complementar).....	1258
19.2.4. Inconstitucionalidade do art. 3.º, § 1.º, da Lei n. 9.718/98 (PIS/PASEP e COFINS). EC n. 20/98 — impossibilidade do fenômeno da “constitucionalidade superveniente”	1259
19.2.5. Cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para sociedades civis de profissões regulamentadas.....	1260
19.2.5.1. Inexistência de hierarquia entre LC e LO	1260
19.2.5.2. A questão da modulação dos efeitos da decisão pelo STF.....	1261
19.3. Educação — FUNDEB — EC n. 53/2006.....	1262
19.3.1. Aspectos gerais	1263
19.3.2. Quadro esquematizado da educação escolar	1263
19.3.3. Regras gerais do fundo	1264
19.3.4. Fim (progressivo) da DRU para a educação e as ECs ns. 59/2009 e 68/2011 ..	1265
19.4. Cultura	1267
19.4.1. Plano Nacional de Cultura (EC n. 48/2005)	1267
19.4.2. Sistema Nacional de Cultura (EC n. 71/2012).....	1268
19.5. Desporto.....	1269
19.5.1. Desporto em sentido amplo	1269
19.5.2. Modalidades de desporto	1270
19.5.3. Papel do Estado e das entidades dirigentes e associações na promoção do desporto.....	1271
19.5.4. Destinação dos recursos públicos para o desporto.....	1271

19.5.5.	Manifestações desportivas de “criação nacional”	1271
19.5.6.	Justiça Desportiva	1272
19.5.6.1.	Regras gerais, natureza jurídica e composição	1272
19.5.6.2.	Instância administrativa de curso forçado: exceção ao princípio do acesso incondicionado ao Poder Judiciário. Necessidade de esgotamento das vias administrativas.....	1272
19.5.6.3.	Questões trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho.....	1273
19.5.6.4.	Vedação do exercício de funções na Justiça Desportiva por integrantes do Poder Judiciário.....	1273
19.5.7.	Bingos.....	1274
19.6.	Ciência e tecnologia.....	1275
19.6.1.	O papel do Estado	1275
19.6.2.	Modalidades de pesquisa	1275
19.6.3.	Apoio e incentivo às empresas e à capacitação tecnológica.....	1275
19.6.4.	Estado Social de Direito: concepção social do mercado.....	1276
19.6.5.	O destaque para a biotecnologia	1276
19.7.	Comunicação social.....	1276
19.7.1.	Princípios orientadores da comunicação social.....	1277
19.7.2.	Princípios a orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e TV.....	1280
19.7.3.	Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1280
19.7.4.	Serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV).....	1281
19.7.4.1.	Diferenciação entre os serviços de telecomunicação e de radiodifusão (EC n. 8/95).....	1281
19.7.4.2.	Concessão, permissão e autorização	1283
19.7.4.3.	Prazo da concessão ou permissão e da autorização	1283
19.7.4.4.	Outorga e renovação (da concessão ou permissão e da autorização)....	1284
19.7.4.5.	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T): consignação de mais um canal de radiofrequência às concessionárias e “autorizadas” dos serviços públicos de radiodifusão de sons e imagens, sem apreciação do Congresso Nacional	1285
19.7.5.	Conselho de Comunicação Social: órgão auxiliar do CN	1286
19.7.6.	Direito de antena.....	1286
19.7.7.	Lei de Imprensa — ADPF 130	1286
19.7.8.	“Lei Eleitoral sobre o Humor”	1287
19.8.	Meio ambiente.....	1288
19.8.1.	Conceito de meio ambiente.....	1288
19.8.2.	Aspectos do meio ambiente	1288
19.8.3.	Direitos humanos, direito ao desenvolvimento e direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.....	1289
19.8.3.1.	A problemática.....	1289
19.8.3.2.	Sustentabilidade: solução para a problemática	1290
19.8.4.	A proteção ambiental no constitucionalismo brasileiro	1291
19.8.5.	Natureza jurídica do meio ambiente e a justiça distributiva entre as presentes e futuras gerações	1293
19.8.6.	Incumbência do Poder Público	1293
19.8.7.	Crueldade contra animais?	1294
19.8.7.1.	Farra do boi.....	1295
19.8.7.2.	Rinhas ou brigas de galo	1295
19.8.7.3.	Rodeios de animais, vaquejada, <i>calf roping</i> e <i>team roping</i> (laçada dupla).....	1296

19.8.7.4.	Animais em circo	1297
19.8.7.4.1.	A origem do circo — breve nota	1297
19.8.7.4.2.	O adestramento de animais em circos.....	1297
19.8.7.4.3.	O fim dos animais em circos significaria o fim da cultura circense?.....	1298
19.8.8.	Importação de pneus usados — ADPF 101	1298
19.8.9.	Exploração de recursos minerais	1299
19.8.10.	Responsabilidade por danos ambientais.....	1299
19.8.11.	Ecosistemas especialmente protegidos e erigidos à categoria de patrimônio nacional	1300
19.8.12.	Terras devolutas	1301
19.8.12.1.	Classificação dos bens públicos: as terras devolutas enquanto bens dominicais	1301
19.8.12.2.	Titularidade	1301
19.8.12.3.	Terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado necessárias à proteção dos ecossistemas naturais — indisponibilidade	1302
19.8.13.	Localização das usinas nucleares: necessidade de lei federal.....	1302
19.9.	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	1303
19.9.1.	Família: conceito de entidade familiar.....	1303
19.9.2.	União homossexual ou homoafetiva (união estável entre pessoas do mesmo sexo)	1304
19.9.3.	Transexualidade	1305
19.9.4.	A união estável pode ser reconhecida em relação a uma menor de 14 anos estuprada que veio a se casar com o agressor, para efeitos de extinção de punibilidade quando era admitida (antes da revogação do art. 107, VII, do CP)?.....	1307
19.9.5.	Família: assistência e proteção contra a violência doméstica. As particularidades da denominada Lei Maria da Penha (ADC 19 e ADI 4.424)	1308
19.9.5.1.	Lei Maria da Penha: instrumento de proteção efetiva dos direitos fundamentais.....	1309
19.9.5.2.	Não aplicação da Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais)	1310
19.9.5.3.	Constitucionalidade das regras até que sejam estruturados os “Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”	1310
19.9.5.4.	Crime de lesão corporal praticado mediante violência doméstica e familiar contra a mulher: ação penal pública incondicionada.....	1310
19.9.6.	Casamento: regras gerais; gratuidade da celebração; efeito civil; liberdade de crença (centro espírita, candomblé, umbanda etc.).....	1311
19.9.7.	Divórcio: forma de dissolução do casamento civil à luz da EC n. 66/2010... ..	1312
19.9.8.	Liberdade para o planejamento familiar: dignidade da pessoa humana e paternidade responsável	1313
19.9.9.	Criança, adolescente e jovem (EC n. 65/2010).....	1314
19.9.10.	Criança, adolescente e jovem: proteção especial	1316
19.9.11.	Alienação parental	1317
19.9.12.	Adoção	1318
19.9.12.1.	Regras gerais sobre adoção	1318
19.9.12.2.	Adoção internacional.....	1318
19.9.12.3.	Adoção por homossexual ou casal transexual.....	1318
19.9.13.	Direito de ação de investigação de paternidade: a problemática da submissão coercitiva ao exame de DNA.....	1319
19.9.14.	Portadores de deficiência.....	1320

19.9.15.	Inimputabilidade penal	1321
19.9.16.	Dever de reciprocidade entre pais e filhos	1322
19.9.17.	Idosos	1322
19.9.17.1.	Princípios da solidariedade e proteção à luz da “reserva do possível”	1322
19.9.17.2.	Idoso e transporte público: “constitucionalismo fraternal” ou “altruístico” — “ações distributivistas e solidárias” — “direito fraternal”	1322
19.9.17.3.	Celeridade do processo e crimes praticados contra os idosos	1323
19.10.	Índios	1324
19.10.1.	Os índios no constitucionalismo brasileiro.....	1324
19.10.2.	Proteção das “minorias nacionais” e a importância da “terra”	1324
19.10.3.	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1325
19.10.3.1.	Bens da União. Terras destinadas à posse permanente dos índios: bens públicos de uso especial	1325
19.10.3.2.	Conceito	1326
19.10.3.3.	Nulidade e extinção dos atos que atentem contra as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”	1326
19.10.4.	Indigenato: fonte para o direito dos índios sobre as suas terras	1327
19.10.5.	Usufruto exclusivo dos índios e a mineração em terras indígenas	1327
19.10.6.	Regras constitucionais para a remoção dos grupos indígenas	1328
19.10.7.	Demarcação das terras indígenas	1329
19.10.7.1.	Aspectos gerais	1329
19.10.7.2.	Raposa Serra do Sol.....	1330
19.10.8.	Defesa judicial dos direitos e interesses dos índios	1332
19.10.8.1.	Legitimidade ativa: índios, comunidades, organizações e o MP (Federal ou Estadual).....	1332
19.10.8.2.	Competência: Justiça Federal x Justiça Estadual	1332
19.10.9.	Educação nas comunidades indígenas.....	1334
19.11.	Questões	1335
20.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1343
20.1.	Princípios gerais da atividade econômica	1343
20.1.1.	Evolução do Estado e a ordem econômica.....	1343
20.1.2.	Meios de atuação do Estado.....	1344
20.1.3.	Princípios da ordem econômica.....	1345
20.1.3.1.	Soberania nacional	1345
20.1.3.2.	Propriedade privada e sua função social.....	1346
20.1.3.3.	Livre-concorrência	1346
20.1.3.4.	Defesa do consumidor	1346
20.1.3.5.	Defesa do meio ambiente.....	1347
20.1.3.6.	Redução das desigualdades regionais e sociais	1347
20.1.3.7.	Busca do pleno emprego	1347
20.1.3.8.	Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	1348
20.2.	Monopólio dos correios	1348
20.3.	Quebra do monopólio da União sobre a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, bem como sobre a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta (EC n. 49/2006).....	1350
20.4.	Sistema financeiro nacional.....	1351
20.5.	Questões.....	1352

21. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	1357
21.1. Justificativas iniciais.....	1357
21.2. República	1357
21.3. Federação	1358
21.4. Estado democrático de direito	1358
21.4.1. Aspectos gerais	1358
21.4.2. A Lei da Anistia, a ADPF 153 e a decisão da “Corte Interamericana de Direitos Humanos”.....	1359
21.5. Separação de “Poderes”.....	1361
21.6. Fundamentos da República Federativa do Brasil	1361
21.7. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	1362
21.8. Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais ..	1362
21.9. Questões.....	1365
22. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OUTROS TEMAS	1369
22.1. Explicitação da proposta.....	1369
22.2. Princípios constitucionais da administração pública	1369
22.2.1. Princípio da legalidade	1370
22.2.2. Princípio da impessoalidade.....	1371
22.2.2.1. A questão específica das vagas previstas em edital e o direito subjetivo à nomeação: princípio da confiança.....	1373
22.2.2.2. IBGE: contratação temporária, sem concurso, para demandas sazonais de pesquisa	1374
22.2.3. Princípio da moralidade administrativa	1375
22.2.4. Princípio da publicidade	1375
22.2.5. Princípio da eficiência	1375
22.2.6. Nepotismo	1376
22.3. “PEC Paralela da Previdência” (EC n. 47/2005).....	1377
22.3.1. Notas introdutórias.....	1377
22.3.2. Teto do funcionalismo (art. 37, §§ 11 e 12)	1378
22.3.2.1. Regras gerais	1378
22.3.2.2. Importantes questões já decididas pelo STF.....	1380
22.3.3. Aposentadorias especiais (arts. 40, § 4.º, I, II e III, e 201, § 1.º).....	1384
22.3.4. Aumento da faixa de isenção de contribuição previdenciária para os servidores inativos e os pensionistas que sejam, nos termos da lei, portadores de doença incapacitante (art. 40, § 21)	1385
22.3.5. Ampliação das hipóteses de alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas das contribuições sociais para o financiamento da seguridade social (art. 195, § 9.º)..	1385
22.3.6. Ampliação do sistema especial de inclusão previdenciária (art. 201, §§ 12 e 13).....	1385
22.3.7. Paridade plena entre ativos e inativos (arts. 2.º e 5.º da EC n. 47/2005).....	1386
22.3.8. Regra geral de transição (art. 3.º da EC n. 47/2005)	1387
22.3.9. Vigência (art. 6.º da EC n. 47/2005)	1388
22.4. Contratação pela administração pública de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias através de processo seletivo público (EC n. 51/2006).....	1388
22.5. EC n. 55/2007	1389
22.6. “PEC dos Agentes de Saúde” — EC n. 63/2010	1389
22.7. ECn. 70/2012	1390
Referências.....	1391